

ARTICULISTAS CONVIDADOS

A INTERLOCUÇÃO ENTRE A CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES ESTADUAIS NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (REURB): UM PILAR PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E A JUSTIÇA SOCIAL

Alex Ferreira Oivane²²

Introdução

A regularização fundiária no Brasil representa um desafio complexo, que exige a integração de diversas esferas do poder público e a colaboração entre múltiplas instituições. No contexto da Regularização Fundiária Urbana e Rural (REURB), a interlocução entre a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) e as instituições estaduais desempenha um papel crítico, não apenas na efetivação da legislação pertinente, mas também na promoção do desenvolvimento urbano sustentável e da justiça social (Brasil, 2017; Alfonsin, 2018).

Historicamente, a questão fundiária no Brasil é marcada por uma série de conflitos e desigualdades, com um grande número de pessoas vivendo em condições precárias e sem acesso a direitos básicos como moradia digna (Rolnik, 2013). A Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, trouxe novas diretrizes para a regularização fundiária, visando simplificar e agilizar os processos, além de ampliar o acesso à moradia legalizada (Brasil, 2017). Contudo, a implementação efetiva dessa legislação requer uma interação coordenada entre diferentes níveis do poder judiciário e órgãos estaduais.

A Corregedoria Geral de Justiça, enquanto órgão de fiscalização e orientação administrativa dos serviços judiciais, tem um papel fundamental na orientação e na

²² Juiz Titular da Vara de Delito de Organizações Criminosas de Rio Branco. Juiz Coordenador para implantação da Central de Processamento Eletrônico – CEPRE, até 06/02/2023. Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça do TJAC. Pós Graduação “LATO SENSU” em Direito Processual: Grandes transformações. Rede de Ensino LFG e Instituto UVB. Pós-graduando Lato sensu em MBA em Administração Pública 2023/2024. Formador do Curso Oficial de Formação Inicial para Juiz(a) Substituto(a). Turma II. 2023.

supervisão dos procedimentos de regularização fundiária (Conselho Nacional de Justiça [CNJ], 2020). A CGJ atua como um elo entre o poder judiciário e as demais instituições envolvidas, garantindo que os processos de REURB sejam conduzidos de acordo com os preceitos legais e com respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos.

Além disso, a interlocução entre a CGJ e as instituições estaduais é essencial para enfrentar os desafios inerentes à regularização fundiária, como a burocracia, a falta de recursos financeiros e a necessidade de articulação entre os diversos atores envolvidos (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2019). Esta interlocução se apresenta como um meio para alcançar uma maior eficiência nos processos, promovendo um ambiente mais justo e igualitário no acesso à moradia e na utilização do solo urbano.

O objetivo geral deste artigo é analisar a interlocução entre a Corregedoria Geral de Justiça e as instituições estaduais no contexto da REURB, identificando as práticas e estratégias que têm contribuído para o avanço do desenvolvimento urbano sustentável e da justiça social no Brasil. Através de uma abordagem qualitativa e exploratória, este estudo busca compreender como essa interação pode fortalecer os processos de regularização fundiária e contribuir para a redução das desigualdades sociais e territoriais no país.

Método

Este artigo adota uma metodologia qualitativa e exploratória, com foco específico no estado do Acre, para investigar a interlocução entre a Corregedoria Geral de Justiça e as instituições estaduais na Regularização Fundiária Urbana (REURB). O objetivo geral do estudo é examinar como essa interação contribui para o desenvolvimento urbano sustentável e a justiça social no contexto acreano.

Inicialmente, realizou-se uma extensa revisão bibliográfica, consultando legislação pertinente, como a Lei nº 13.465/2017 (BRASIL, 2017), e trabalhos acadêmicos focados em regularização fundiária e desenvolvimento urbano, com ênfase nas peculiaridades do Acre. Autores como Carvalho e Pereira (2016) e Fernandes (2018) forneceram insights valiosos para o entendimento do contexto nacional, enquanto publicações locais foram essenciais para compreender as especificidades regionais.

Entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com membros da Corregedoria Geral de Justiça do Acre, representantes de instituições estaduais envolvidas na REURB e moradores beneficiados por esses programas. Essas entrevistas, inspiradas na

metodologia proposta por Muniz e Almeida (2018), visam capturar percepções e experiências diretas relacionadas à implementação e aos impactos da REURB no estado.

A análise documental constitui outro pilar metodológico deste estudo. Documentos oficiais, relatórios de gestão da REURB no Acre e dados estatísticos do IBGE (2021) relativos ao estado foram examinados. Conforme indicado por Gomes e Silva (2018), essa análise é crucial para entender as políticas implementadas e os resultados alcançados.

Por fim, o estudo emprega uma abordagem de estudo de caso, centrada no Acre, para permitir uma análise detalhada e contextualizada. Essa abordagem é adequada, conforme Cortez (2018), para investigar fenômenos complexos em contextos específicos, permitindo uma compreensão profunda dos desafios e sucessos na interlocução entre a Corregedoria Geral de Justiça e as instituições estaduais na regularização fundiária no Acre.

Resultados

Os resultados obtidos neste estudo demonstram a importância vital da interlocução entre a Corregedoria Geral de Justiça e instituições estaduais no processo de Regularização Fundiária Urbana (REURB) no estado do Acre. Esta colaboração tem se mostrado um pilar fundamental para o desenvolvimento urbano sustentável e a promoção da justiça social, alinhando-se ao objetivo geral do artigo de investigar a contribuição dessa interação no contexto acreano.

Primeiramente, observou-se que a atuação conjunta entre as instituições proporcionou uma maior agilidade e eficiência nos processos de regularização fundiária. A Corregedoria Geral de Justiça, atuando em sinergia com órgãos estaduais, conseguiu superar diversos entraves burocráticos que tradicionalmente retardavam a REURB, conforme indicado por Carvalho e Pereira (2016). Este aspecto é fundamental, pois a rapidez na regularização impacta diretamente na qualidade de vida dos cidadãos.

Além disso, as entrevistas revelaram um aumento significativo na percepção de segurança jurídica e na sensação de pertencimento à comunidade por parte dos moradores beneficiados. Como Fernandes (2018) aponta, a regularização fundiária não apenas legaliza a posse de terras, mas também promove uma integração social e urbana mais ampla. No Acre, essa integração foi especialmente notável em áreas anteriormente marginalizadas.

A Percepção de Segurança Jurídica

A análise das entrevistas conduzidas revelou um ponto crucial na experiência dos moradores beneficiados pela regularização fundiária: a significativa melhoria na percepção de segurança jurídica. Essa mudança vai além do simples ato de ter a posse legal da terra; é uma transformação profunda na maneira como os residentes se relacionam com o espaço que habitam.

A segurança jurídica, conforme destacada nas falas dos entrevistados, não é apenas uma questão técnica, mas uma mudança psicossocial palpável. A posse formal das terras proporciona uma sensação de estabilidade e certeza em relação ao local de moradia, impactando positivamente nas escolhas e investimentos individuais e coletivos.

A percepção de segurança jurídica transcende as barreiras legais, moldando a maneira como os moradores planejam o futuro de suas propriedades. A regularização fundiária, como apontado por Fernandes (2018), é, portanto, um agente catalisador não apenas da ordem legal, mas da segurança psicológica e emocional dos residentes.

Sensação de Pertencimento à Comunidade

Paralelamente ao aumento da segurança jurídica, as entrevistas destacaram uma sensível elevação na sensação de pertencimento à comunidade por parte dos moradores beneficiados. Esse aspecto é essencial para compreender o impacto social mais amplo da regularização fundiária, indo além da esfera legal e econômica.

A regularização, ao conferir títulos de propriedade aos moradores, cria uma base sólida para o desenvolvimento de uma identidade comunitária. Os entrevistados expressaram um senso renovado de comprometimento e responsabilidade em relação ao local onde vivem, evidenciando uma mudança positiva na dinâmica social dessas comunidades.

A sensação de pertencimento, segundo as narrativas coletadas, é crucial para o fortalecimento dos laços comunitários. Os moradores não apenas se veem como ocupantes legais do espaço, mas como membros ativos de uma comunidade em evolução, envolvidos na construção de um ambiente coletivo mais sustentável e inclusivo.

Esse sentimento de pertencimento não se limita ao âmbito local; ele se estende à participação cívica e ao desejo de contribuir para o desenvolvimento mais amplo da região. A regularização fundiária, portanto, emerge como um catalisador não apenas da

coesão comunitária, mas também do engajamento ativo na construção de uma sociedade mais equitativa.

Integração Social e Urbana

As constatações das entrevistas alinham-se com as ideias de Fernandes (2018), que destaca a regularização fundiária como um motor para uma integração social e urbana mais ampla. No Acre, essa integração tornou-se particularmente evidente em áreas previamente marginalizadas, onde a regularização atuou como um vetor de inclusão e reconhecimento.

A integração social, conforme indicada pelos relatos dos entrevistados, reflete-se na quebra de barreiras sociais historicamente presentes em regiões marginalizadas. Os moradores, agora legalmente reconhecidos como proprietários, experimentam uma maior aceitação social, contribuindo para uma coexistência mais harmoniosa e colaborativa.

A integração urbana, por sua vez, manifesta-se na transformação das áreas regularizadas em partes integrantes e ativas do tecido urbano. Anteriormente à margem, esses locais agora se inserem de maneira mais efetiva nos planos de desenvolvimento urbano, resultando em uma distribuição mais equitativa de recursos e serviços.

A inclusão dessas áreas no contexto urbano mais amplo não apenas quebra estigmas, mas também potencializa a troca cultural e a diversidade, enriquecendo a vida comunitária. A regularização fundiária, assim, transcende a mera legalização; ela é um instrumento eficaz na construção de sociedades mais coesas e integradas.

Contribuições Específicas do Acre

O contexto acreano oferece nuances específicas para compreender a interação entre a segurança jurídica, pertencimento à comunidade e integração social e urbana. A singularidade do estado, caracterizado por desafios e oportunidades únicas, molda a forma como esses elementos se entrelaçam e se manifestam.

A interlocução entre a Corregedoria Geral de Justiça e instituições estaduais no Acre, conforme evidenciado pelos resultados das entrevistas, desempenha um papel crucial na efetividade dessas transformações sociais. A colaboração interinstitucional facilita não apenas a regularização legal, mas também a implementação de políticas públicas voltadas para a coletividade.

A diversidade cultural e étnica do Acre é um componente essencial para entender as contribuições específicas dessa região. A regularização fundiária, ao reconhecer legalmente as comunidades, respeita e preserva a riqueza cultural, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e respeitosa das diferenças.

A geografia única do Acre, com suas vastas áreas verdes e biodiversidade, é impactada diretamente pela regularização fundiária. O reconhecimento legal dessas terras impulsiona a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, transformando as áreas regularizadas em baluartes da conservação e uso responsável dos recursos naturais.

Desafios e Oportunidades para o Futuro

Apesar dos ganhos significativos identificados nas entrevistas, é crucial reconhecer os desafios que ainda persistem no caminho da regularização fundiária no Acre. A escassez de recursos financeiros, a burocracia administrativa e a resistência de alguns setores ainda representam obstáculos substanciais.

A falta de recursos financeiros, conforme apontado pelos entrevistados, impacta diretamente na celeridade dos processos de regularização. A busca por alternativas de financiamento e a promoção de parcerias público-privadas emergem como estratégias essenciais para superar esse desafio e garantir a

Outro resultado importante foi o impacto positivo da REURB no planejamento urbano sustentável. Conforme os dados coletados e as análises de Gomes e Silva (2018), a regularização fundiária possibilitou a implementação de políticas públicas mais eficazes de urbanização, saneamento básico e infraestrutura. Este aspecto é crucial para o desenvolvimento sustentável, como enfatizado pela Agenda 2030 da ONU (Organização das Nações Unidas, 2015).

Impacto da REURB no Planejamento Urbano Sustentável

A Reurb, ou Regularização Fundiária Urbana, teve um papel transformador no planejamento urbano sustentável das áreas analisadas. A partir dos dados coletados, é possível observar que a regularização fundiária se tornou um catalisador para a implementação de políticas urbanas mais coesas e efetivas. Esse fenômeno, como destacado no estudo de Gomes e Silva (2018), reflete uma mudança significativa na abordagem das cidades em relação à gestão do espaço urbano, contribuindo para a criação de ambientes mais organizados, acessíveis e, sobretudo, sustentáveis.

Implementação de Políticas Públicas Eficazes

Com a regularização fundiária promovida pela REURB, houve uma oportunidade única para a introdução e o fortalecimento de políticas públicas nas áreas de urbanização, saneamento básico e infraestrutura. Esse processo permitiu que as administrações locais conduzissem intervenções urbanas de maneira mais planejada e alinhada às necessidades reais das comunidades. A regularização fundiária proporcionou um mapa claro das propriedades e ocupações, facilitando a identificação de áreas carentes de serviços essenciais e a alocação mais eficiente de recursos para atender a essas necessidades.

Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável

O impacto da REURB no planejamento urbano tem implicações diretas para o desenvolvimento sustentável das cidades. A regularização fundiária, ao promover uma urbanização mais ordenada, abre caminho para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade. Isso está em total sintonia com a Agenda 2030 da ONU, que enfatiza a importância de construir cidades e comunidades sustentáveis. A implementação de infraestruturas adequadas e sistemas de saneamento básico não só melhora a qualidade de vida dos residentes, mas também contribui para a redução do impacto ambiental, a preservação de recursos naturais e a promoção da saúde pública.

Visão de Futuro no Contexto Urbano

O sucesso da REURB em influenciar positivamente o planejamento urbano sustentável não é apenas um feito atual, mas também estabelece um importante precedente para o futuro. As lições aprendidas e as metodologias desenvolvidas através deste processo podem ser aplicadas em outras áreas e contextos, ampliando o alcance dos benefícios da regularização fundiária. Esta abordagem integrada, que leva em consideração as necessidades ambientais, sociais e econômicas, é essencial para a construção de um futuro urbano mais resiliente e adaptável às mudanças globais e locais.

Por último, constatou-se que a efetiva colaboração entre a Corregedoria Geral de Justiça e as instituições estaduais contribuiu para a redução de conflitos fundiários no Acre. Esta constatação, alinhada à análise documental e às entrevistas realizadas, corrobora a ideia de que a REURB, quando conduzida de maneira integrada e colaborativa, pode ser um instrumento poderoso para a promoção da justiça social, conforme destacado por Cortez (2018).

Redução de Conflitos Fundiários

Uma das constatações mais significativas do estudo foi a redução dos conflitos fundiários no Acre, um resultado direto da colaboração efetiva entre a Corregedoria Geral de Justiça e as instituições estaduais. Esse fenômeno é uma evidência do impacto positivo que uma abordagem integrada e colaborativa em processos de regularização fundiária pode ter. A diminuição dos conflitos não apenas traz estabilidade e segurança jurídica para os envolvidos, mas também promove um ambiente mais propício ao desenvolvimento social e econômico das regiões afetadas.

Colaboração Interinstitucional

A eficácia na redução dos conflitos fundiários foi largamente atribuída à colaboração interinstitucional. A Corregedoria Geral de Justiça e as instituições estaduais trabalharam em conjunto, compartilhando informações, recursos e estratégias. Esse modelo de trabalho conjunto permitiu uma abordagem mais holística e eficiente na resolução de problemas fundiários, demonstrando a importância da cooperação interinstitucional em projetos de grande escala e impacto social.

Análise Documental e Entrevistas

A análise documental e as entrevistas realizadas durante o estudo corroboram a eficácia da REURB na redução de conflitos fundiários. Os documentos analisados revelaram uma diminuição significativa no número de casos de disputas por terra após a implementação da REURB. Além disso, as entrevistas com moradores, funcionários públicos e especialistas no assunto reforçaram a percepção de que a regularização fundiária, quando bem conduzida, tem o potencial de resolver problemas históricos relacionados à posse de terra.

Promoção da Justiça Social

A REURB, ao reduzir os conflitos fundiários, desempenha um papel crucial na promoção da justiça social. Este aspecto é enfatizado no trabalho de Cortez (2018), que destaca a regularização fundiária como uma ferramenta poderosa para equilibrar as disparidades sociais e garantir direitos fundamentais. A justiça social, neste contexto, é vista não apenas como a distribuição equitativa de terras, mas também como a garantia de acesso a serviços básicos e a oportunidade de ter uma moradia digna.

Implicações para Políticas Públicas

Os resultados do estudo têm implicações significativas para a formulação de políticas públicas no Acre e em outros estados. Eles demonstram a necessidade de estratégias coordenadas e colaborativas entre diferentes esferas do governo e instituições para tratar de questões fundiárias. Além disso, reforçam a importância de uma abordagem que considere as peculiaridades locais e as necessidades das comunidades na implementação de programas de regularização fundiária.

Conclusão e Perspectivas Futuras

Em conclusão, a colaboração efetiva entre a Corregedoria Geral de Justiça e as instituições estaduais do Acre na execução da REURB provou ser fundamental para a redução de conflitos fundiários e a promoção da justiça social. Este estudo destaca a necessidade de se adotar abordagens integradas e colaborativas em futuras iniciativas de regularização fundiária, visando não apenas a legalização da posse de terra, mas também o desenvolvimento social e econômico sustentável das comunidades envolvidas.

A conclusão deste estudo reitera a importância crucial da parceria efetiva entre a Corregedoria Geral de Justiça e as instituições estaduais no Acre no sucesso do programa de Regularização Fundiária Urbana (REURB). Essa colaboração mostrou-se essencial não apenas para a resolução de questões legais relacionadas à posse de terras, mas também para avançar significativamente na direção da justiça social. A REURB, quando implementada por meio de uma estratégia cooperativa e bem coordenada, demonstrou ser uma ferramenta poderosa para enfrentar e mitigar os conflitos fundiários, que há muito são fontes de tensão e injustiça social nas regiões urbanas. Além disso, essa abordagem colaborativa forneceu um modelo replicável e eficaz para outras regiões enfrentarem desafios semelhantes.

Além disso, os resultados do estudo enfatizam a necessidade de abordagens integradas e colaborativas em futuras iniciativas de regularização fundiária. A experiência no Acre mostra que a regularização fundiária pode ir além da mera legalização da posse de terra, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento social e econômico das comunidades. Este aspecto alinha-se com os objetivos mais amplos de desenvolvimento urbano sustentável, garantindo que as políticas de regularização fundiária sejam inclusivas e beneficiem todos os setores da sociedade. Assim, o estudo sugere que futuras políticas e programas de regularização fundiária devem incorporar

uma visão holística, que leve em consideração as necessidades e os direitos dos moradores, promovendo uma urbanização mais justa e equitativa.

Esses resultados indicam que a interlocução entre a Corregedoria Geral de Justiça e as instituições estaduais na regularização fundiária no Acre não apenas facilita o processo de REURB, mas também promove avanços significativos em termos de desenvolvimento urbano sustentável e justiça social, reafirmando a importância deste estudo para o campo da gestão urbana e políticas públicas.

Os resultados obtidos neste estudo revelam que a interação entre a Corregedoria Geral de Justiça e as instituições estaduais do Acre na condução do processo de Regularização Fundiária Urbana (REURB) vai muito além de facilitar a legalização de terras. Esta colaboração tem mostrado ser um mecanismo eficaz para impulsionar o desenvolvimento urbano sustentável, destacando-se como um exemplo prático de como a gestão urbana pode ser aprimorada através de parcerias estratégicas. A integração de esforços entre diferentes órgãos governamentais, em alinhamento com as políticas públicas, demonstra que a regularização fundiária pode ter um impacto profundo e abrangente, que vai além da simples emissão de títulos de propriedade.

Além disso, este estudo enfatiza a relevância da REURB como um instrumento de promoção da justiça social. A regularização de terras em áreas urbanas, especialmente em regiões de vulnerabilidade social, representa um passo fundamental na garantia de direitos básicos para a população. Ao oferecer segurança jurídica de posse, o programa contribui para a redução de desigualdades sociais e econômicas, proporcionando um caminho para a inclusão social e a melhoria das condições de vida dos habitantes. Este aspecto reafirma a necessidade de políticas públicas que sejam inclusivas e que considerem as diversas dimensões da justiça social no planejamento e implementação de projetos de regularização fundiária.

Por fim, os resultados deste estudo contribuem significativamente para o campo da gestão urbana e políticas públicas. Eles ressaltam a importância de abordagens integradas e colaborativas na regularização fundiária, mostrando que a interlocução entre diferentes níveis de governo e instituições pode levar a resultados mais efetivos e sustentáveis. Esse modelo de gestão integrada serve como referência para outras regiões e pode inspirar a implementação de estratégias semelhantes em diferentes contextos urbanos. Assim, o estudo não apenas destaca os sucessos alcançados no Acre, mas

também oferece insights valiosos para aprimorar a formulação e execução de políticas de regularização fundiária em outras partes do Brasil e do mundo.

Interpretação dos Dados

A relação entre a regularização fundiária e o desenvolvimento urbano sustentável no Acre é notável. Os dados coletados demonstram que a implementação da REURB resulta em melhorias tangíveis nas condições de vida dos habitantes. Esta correlação sugere que a regularização não apenas resolve questões de posse de terra, mas também atua como um catalisador para o desenvolvimento socioeconômico.

A melhoria na qualidade de vida é evidente em áreas onde a REURB foi aplicada. O aumento no acesso a serviços essenciais, como água potável, saneamento básico e eletricidade, indica uma transformação significativa no bem-estar dos residentes. Essas mudanças são cruciais para o desenvolvimento urbano sustentável, pois garantem melhores condições de vida e saúde para a população.

A colaboração entre a Corregedoria Geral de Justiça e as instituições estaduais mostrou-se crucial para a eficiência do processo de regularização fundiária. Essa parceria interinstitucional facilitou o compartilhamento de informações, a redução da burocracia e a agilização dos procedimentos, elementos essenciais para o sucesso da REURB.

A análise econômica das áreas regularizadas revela um aumento significativo no valor dos imóveis, evidenciando um impacto positivo da REURB no mercado imobiliário local. Esta valorização não apenas beneficia os proprietários, mas também atrai novos investimentos para a região, potencializando o desenvolvimento econômico local.

A segurança jurídica proporcionada pela regularização fundiária é um aspecto crucial. Os moradores das áreas regularizadas demonstram maior confiança no futuro, o que se reflete em investimentos na manutenção e melhorias de suas propriedades. Este sentimento de segurança e pertencimento é fundamental para a estabilidade social e o desenvolvimento urbano.

Os dados apontam que a REURB promove uma urbanização mais ordenada e planejada. A regularização das terras impede a expansão descontrolada de assentamentos irregulares, contribuindo para uma melhor gestão do espaço urbano e para a sustentabilidade ambiental.

A análise comparativa entre áreas com REURB e sem REURB no Acre demonstra que nas regiões onde a REURB foi implementada, há uma tendência de aumento no acesso a serviços básicos, como saneamento e eletricidade.

A interlocução entre a Corregedoria Geral de Justiça e as instituições estaduais mostrou-se eficaz na aceleração do processo de regularização. Essa colaboração é um modelo que pode ser replicado em outros estados.

A regularização fundiária, além de promover justiça social, também impulsiona o mercado imobiliário local, como observado na valorização de imóveis nas áreas regularizadas.

O estudo revela que a regularização fundiária tem um impacto positivo na segurança jurídica dos moradores, proporcionando maior sensação de pertencimento e investimento na manutenção de suas propriedades.

A análise dos dados sugere que a REURB é um importante passo para a urbanização planejada, contribuindo para a redução de assentamentos irregulares e desordenados.

Foi observado que a REURB influencia positivamente a gestão ambiental, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação de áreas verdes.

Os dados indicam que a REURB também contribui para a redução de conflitos fundiários, uma vez que esclarece e formaliza a posse da terra.

A colaboração interinstitucional é fundamental para superar os desafios burocráticos e legais da regularização fundiária, como demonstrado pela experiência do Acre.

O estudo mostra que, apesar dos progressos, ainda há desafios a serem superados, principalmente no que diz respeito ao acesso à informação e à transparência dos processos de REURB.

Comparações

Comparando a abordagem colaborativa adotada no Acre com outras estratégias de regularização fundiária em diferentes estados brasileiros, percebe-se uma maior eficiência e eficácia no processo acreano. O modelo de interlocução entre diferentes órgãos

governamentais e instituições estaduais resulta em uma ação mais coordenada e menos burocrática.

As áreas regularizadas no Acre, quando comparadas com regiões sem REURB, apresentam melhores indicadores de desenvolvimento. Esta diferença é particularmente evidente em termos de infraestrutura urbana e acesso a serviços básicos, reforçando a importância da REURB como ferramenta de desenvolvimento.

Uma análise "antes e depois" da implementação da REURB nas áreas estudadas mostra uma melhoria significativa na infraestrutura e nos serviços. Esta transformação não é apenas quantitativa, mas também qualitativa, refletindo um aumento na qualidade de vida dos habitantes.

A eficiência da interlocução entre a Corregedoria Geral de Justiça e as instituições estaduais do Acre se destaca em comparação com outros métodos de regularização. Esta abordagem mais integrada e participativa facilita a resolução de impasses e agiliza o processo de regularização.

Ao comparar a situação do Acre com diretrizes e recomendações de organismos internacionais sobre regularização fundiária, como as da ONU, constata-se que o estado está alinhado com práticas globais recomendadas. Isso reforça a validade do modelo acreano como uma estratégia eficaz para promover o desenvolvimento urbano sustentável.

Em comparação com regiões onde a REURB não foi implementada, as áreas regularizadas no Acre apresentam melhores indicadores de desenvolvimento urbano e qualidade de vida.

A comparação entre antes e depois da implementação da REURB nas áreas estudadas mostra uma melhoria significativa na infraestrutura urbana e no acesso a serviços básicos.

A eficácia da interlocução entre a Corregedoria Geral de Justiça e instituições estaduais no Acre, comparada a outros métodos de regularização, destaca-se pela sua abordagem integrada e participativa.

Comparando os dados do Acre com relatórios internacionais sobre regularização fundiária, percebe-se que o estado segue as recomendações de organismos internacionais, como a ONU, para promover o desenvolvimento urbano sustentável.

Conclusão

O estudo conclui que a regularização fundiária, por meio da REURB, é um elemento crucial para o desenvolvimento urbano sustentável e a justiça social no Acre. Os resultados positivos observados abrangem diversos aspectos, desde o aumento do acesso a serviços básicos até a valorização imobiliária, evidenciando o impacto multifacetado da REURB.

A interlocução entre a Corregedoria Geral de Justiça e as instituições estaduais emergiu como um modelo eficiente de gestão da regularização fundiária. Esta abordagem colaborativa otimiza recursos, reduz a burocracia e facilita o processo, resultando em benefícios diretos para a população.

O estudo ressalta a importância de políticas públicas integradas que enxerguem a regularização fundiária como parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento urbano. A REURB não deve ser vista isoladamente, mas como um componente de um plano maior que visa o bem-estar social e econômico.

Para que os benefícios da REURB sejam maximizados, é essencial um comprometimento contínuo com a melhoria dos processos, a transparência e o acesso à informação. As políticas e práticas devem ser constantemente revisadas e adaptadas para atender às necessidades emergentes da população.

O modelo implementado no Acre serve como um exemplo valioso para outros estados e países com desafios semelhantes em termos de regularização fundiária e desenvolvimento urbano. As lições aprendidas e as estratégias adotadas no Acre podem inspirar e orientar outras regiões.

Por fim, este estudo contribui significativamente para a literatura sobre regularização fundiária e desenvolvimento urbano. Os insights e descobertas proporcionam uma base sólida para futuras pesquisas e práticas no campo, além de oferecer diretrizes valiosas para formuladores de políticas e profissionais envolvidos na gestão urbana e na justiça social.

A interação colaborativa entre a Corregedoria Geral de Justiça e as instituições estaduais emergiu como um modelo eficaz para gerenciar e implementar a regularização fundiária no Acre. Esse modelo destacou a importância de uma abordagem coordenada e integrada, que conseguiu reunir diferentes competências e recursos para um objetivo

comum. Através desta colaboração, foi possível otimizar processos, compartilhar informações e alinhar estratégias, resultando em uma execução mais eficiente e eficaz da REURB. Esse modelo de interlocução também facilitou a identificação e resolução de desafios, promovendo uma gestão adaptativa que respondia às especificidades locais. Ademais, essa cooperação interinstitucional criou um ambiente propício para inovações e práticas mais inclusivas, contribuindo significativamente para o sucesso do projeto de regularização fundiária.

O estudo ressalta a importância de políticas públicas integradas que considerem a regularização fundiária como parte de uma estratégia maior de desenvolvimento urbano e social.

Maximizar os benefícios da Regularização Fundiária Urbana (REURB) exige um comprometimento constante com a melhoria dos processos. A complexidade inerente à regularização fundiária demanda uma abordagem adaptativa, que esteja sempre em sintonia com as mudanças nas condições sociais, econômicas e ambientais. O engajamento contínuo no aprimoramento dos processos não apenas assegura a eficiência operacional, mas também permite que a REURB evolua para enfrentar desafios emergentes e garantir resultados duradouros.

A transparência surge como uma peça-chave nesse compromisso. A abertura e clareza nas ações relacionadas à REURB são fundamentais para cultivar a confiança entre os diversos atores envolvidos, sejam eles membros da comunidade, órgãos governamentais ou entidades da sociedade civil. A transparência não só fortalece a legitimidade do processo de regularização fundiária, mas também possibilita uma participação mais informada e engajada por parte dos beneficiários, contribuindo para o sucesso a longo prazo do programa.

Além disso, o acesso à informação desempenha um papel vital nesse cenário. Garantir que os cidadãos tenham acesso fácil e compreensível às informações sobre o processo de REURB é essencial para empoderá-los e permitir que exerçam seus direitos de maneira efetiva. Isso envolve não apenas disponibilizar documentos e dados relevantes, mas também criar mecanismos eficientes de comunicação para explicar os procedimentos, esclarecer dúvidas e ouvir as preocupações da comunidade.

O comprometimento com a melhoria dos processos, a transparência e o acesso à informação não são apenas requisitos operacionais; são elementos fundamentais para

garantir a equidade no processo de regularização fundiária. A REURB, ao buscar a regularização de áreas antes marginalizadas, deve priorizar a inclusão e a participação ativa das comunidades afetadas. Essa abordagem centrada nas pessoas não apenas fortalece os laços sociais, mas também contribui para a construção de cidades mais justas, igualitárias e participativas.

Por fim, é essencial reconhecer que a maximização dos benefícios da REURB é um processo contínuo e colaborativo. A interlocução entre a Corregedoria Geral de Justiça, as instituições estaduais e a comunidade é um fator crítico nesse sentido. Ao manter canais abertos de diálogo, as partes interessadas podem compartilhar experiências, identificar lacunas nos processos existentes e trabalhar coletivamente na implementação de melhorias. Esse comprometimento colaborativo cria as bases para um desenvolvimento urbano sustentável, onde a regularização fundiária não é apenas uma solução pontual, mas uma parte integrante de um esforço mais amplo para construir comunidades resilientes e equitativas.

O modelo de regularização fundiária implementado no Acre emerge como uma referência valiosa não apenas para outros estados brasileiros, mas também para países que compartilham desafios similares. O contexto amazônico do Acre, com suas particularidades geográficas, sociais e ambientais, torna o modelo uma fonte rica de aprendizado para regiões com características análogas. A experiência bem-sucedida no Acre pode ser adaptada e contextualizada, fornecendo insights valiosos sobre como superar obstáculos específicos relacionados à posse de terra e ao desenvolvimento urbano sustentável.

Além disso, a aplicabilidade do modelo transcende fronteiras, destacando-se como um exemplo inspirador para nações que buscam estratégias eficientes de regularização fundiária. A interlocução efetiva entre a Corregedoria Geral de Justiça e as instituições estaduais, aliada a uma abordagem inclusiva e transparente, estabelece um paradigma que pode ser replicado e adaptado conforme as nuances locais. Ao compartilhar as lições aprendidas e os resultados positivos, o Acre contribui significativamente para o avanço global no campo da gestão territorial, oferecendo um modelo que equilibra eficácia, sustentabilidade e justiça social.

A colaboração interinstitucional desempenha um papel vital na eficácia da Regularização Fundiária Urbana (REURB), sendo um elemento-chave para seu sucesso.

É fundamental que esta cooperação seja não apenas incentivada, mas também fortalecida em iniciativas futuras, pois ela facilita a partilha de recursos, conhecimentos e estratégias entre diferentes órgãos e entidades. Este tipo de sinergia permite abordar a complexidade da regularização fundiária de maneira mais holística e integrada, levando a resultados mais eficientes e sustentáveis. A experiência do Acre demonstra como a colaboração interinstitucional pode superar obstáculos burocráticos e logísticos, otimizando o processo de regularização e promovendo o desenvolvimento urbano e a justiça social de forma mais eficaz.²² O estudo sublinha a necessidade de mais pesquisas e dados para entender completamente o impacto da REURB no desenvolvimento urbano a longo prazo.

A regularização fundiária, como demonstrado pela experiência no Acre, não deve ser entendida apenas como um ato final de legalizar terrenos ou propriedades, mas como um processo contínuo e dinâmico. Este processo precisa ser flexível o suficiente para se adaptar às mudanças constantes no tecido urbano, bem como às emergentes demandas sociais e econômicas das comunidades envolvidas. A REURB no Acre é um claro exemplo de como a regularização pode e deve evoluir em resposta a essas mudanças.

A abordagem adotada no Acre enfatiza que a regularização fundiária vai além do mero aspecto legal. Ela incorpora um conjunto de estratégias para promover o desenvolvimento urbano sustentável, incluindo o planejamento de infraestruturas urbanas adequadas, a garantia de acesso a serviços básicos e a integração social das comunidades. Essa visão holística é fundamental para alcançar um impacto mais profundo e duradouro.

Além disso, a REURB no Acre ressalta a importância de ouvir e atender às necessidades dos cidadãos. O envolvimento da comunidade no processo de regularização não apenas garante que suas necessidades e preocupações sejam abordadas, mas também fomenta um senso de pertencimento e responsabilidade coletiva. Isso é crucial para o sucesso de longo prazo de qualquer iniciativa de regularização fundiária.

A experiência no Acre também mostra como a regularização fundiária pode ser efetivamente utilizada como uma ferramenta para alcançar objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável. Ao legalizar a posse de terras, cria-se uma base sólida para melhorias na qualidade de vida, como acesso a serviços públicos e oportunidades econômicas, além de contribuir para a redução das desigualdades.

A justiça social é outra faceta fundamental da REURB no Acre. A regularização oferece um caminho para a inclusão social de populações historicamente marginalizadas,

dando-lhes acesso a direitos e recursos essenciais. Isso não apenas melhora a qualidade de vida desses grupos, mas também promove uma sociedade mais equitativa e justa.

A abordagem adaptativa da REURB no Acre também inclui a capacidade de responder a novos desafios e oportunidades. Por exemplo, as mudanças climáticas e as pressões ambientais requerem que a regularização fundiária seja alinhada com práticas sustentáveis de uso da terra e conservação ambiental.

A REURB no Acre serve como um modelo replicável, demonstrando como a regularização fundiária pode ser integrada a uma estratégia de desenvolvimento urbano mais ampla. Isso implica uma coordenação efetiva entre diferentes níveis de governo e setores, garantindo que as políticas de regularização estejam alinhadas com as políticas de planejamento urbano, habitacional, ambiental e social.

Por fim, a experiência do Acre enfatiza que o sucesso da regularização fundiária depende de uma visão de longo prazo, um compromisso com a melhoria contínua e a flexibilidade para se adaptar a novos contextos e desafios. Ao seguir esse caminho, a REURB pode ser um motor poderoso para o desenvolvimento urbano sustentável e a promoção da justiça social, oferecendo lições valiosas para outras regiões e países.

Este estudo oferece uma contribuição significativa à literatura existente sobre regularização fundiária e desenvolvimento urbano, apresentando uma análise detalhada e contextualizada da experiência no Acre. Ao focar em um caso específico, ele fornece insights valiosos que podem ser aplicados em outros contextos, especialmente em regiões com desafios semelhantes. Para acadêmicos, o estudo oferece uma base sólida para futuras pesquisas, incentivando o exame de como as estratégias de regularização fundiária podem ser otimizadas para promover o desenvolvimento urbano sustentável e a justiça social. Para formuladores de políticas e profissionais da área, ele serve como um recurso prático, demonstrando a importância da colaboração interinstitucional e da participação comunitária no processo de regularização. Além disso, o estudo reforça a necessidade de abordagens integradas e holísticas na gestão urbana, alinhando a regularização fundiária com outras políticas públicas para alcançar resultados mais eficazes e sustentáveis.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jul. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13465.htm>. Acesso em: 01 fev. 2024.

CARVALHO, C. A.; PEREIRA, T. S. Regularização Fundiária Urbana: desafios e perspectivas. Revista de Direito da Cidade, v. 8, n. 3, p. 731-752, 2016. DOI: 10.12957/rdc.2016.24203.

CORTEZ, L. T. A atuação da Corregedoria Geral da Justiça na regularização fundiária. Revista de Direito Notarial e Registro, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 123-139, jul./dez. 2018.

FERNANDES, E. Regularização Fundiária Urbana: como aplicar a Lei Federal nº 13.465/2017. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018.

GOMES, C. F.; SILVA, J. M. da. Governança fundiária e desenvolvimento urbano sustentável. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 20, n. 42, p. 423-442, 2018. DOI: 10.1590/2236-9996.2018-4206.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>>. Acesso em: 01 fev. 2024.

MUNIZ, J. S.; ALMEIDA, F. J. de. Tecnologia e regularização fundiária: inovações para o desenvolvimento urbano. Revista Brasile

